



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 10715.006591/2010-14  
**Recurso** Especial do Contribuinte  
**Acórdão nº** **9303-015.292 – CSRF / 3ª Turma**  
**Sessão de** 11 de junho de 2024  
**Recorrente** LATAM AIRLINES GROUP S/A  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

Período de apuração: 01/04/2008 a 30/04/2008

MULTA ADMINISTRATIVA. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EXIGIDAS PELA RFB. TRANSPORTADOR. RETROATIVIDADE BENIGNA DA IN RFB 1.096/2010. POSSIBILIDADE. SCI 8/2008.

A RFB reconheceu, na Solução de Consulta Interna COSIT nº 8/2008, a possibilidade de aplicação retroativa de norma que dilata o prazo para prestação de informações sobre o embarque, na exportação, pelo transportador. Cabe, assim, o afastamento de multas em relação a informações prestadas dentro do prazo de 7 (sete) dias previsto na IN RFB nº 1.096/2010, para processos referentes a períodos anteriores, e ainda não definitivamente julgados.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial interposto pelo Contribuinte, e, por unanimidade de votos, em dar-lhe provimento, para afastar as multas relativas às prestações de informações ocorridas dentro do prazo de 7 (sete) dias determinado pelo art. 37 da IN RFB nº 1.096/2010, por força do entendimento revelado pela própria RFB na Solução de Consulta Interna Cosit nº 8/2008.

(documento assinado digitalmente)

Liziane Angelotti Meira – Presidente

(documento assinado digitalmente)

Rosaldo Trevisan - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Rosaldo Trevisan, Semíramis de Oliveira Duro, Vinícius Guimarães, Tatiana Josefovicz Belisário, Gilson Macedo

Rosenburg Filho, Alexandre Freitas Costa, Denise Madalena Green, e Liziane Angelotti Meira (Presidente).

## Relatório

Trata-se de Recurso Especial de divergência interposto pelo Contribuinte, contra a decisão consubstanciada no **Acórdão n.º 3301-011.181**, de 23/09/2021 (fls. 283 a 289)<sup>1</sup>, proferido pela 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 3ª Seção de Julgamento do CARF, que negou provimento ao Recurso Voluntário apresentado.

### Breve síntese do processo

O processo trata de Auto de Infração lavrado para exigência de multa no valor de **R\$ 5.000,00**, aplicada pela falta da prestação de informações sobre operações executadas, no prazo estabelecido pelas normas da RFB. Conforme a “Descrição dos Fatos” no campo do Auto de Infração, a empresa transportadora informou os dados de embarque referente a **1 registro** como intempestivo no sistema Siscomex, da RFB, após o prazo de 7 (sete) dias, conforme detalhado no **demonstrativo de fl. 10**:

“(…) com vistas à verificação do cumprimento da obrigação acessória disposta no art. 37, da IN/SRF n.º 28/1994, alterado pelo art. 1.º, da IN/SRF n.º 510/2005, **foram apurados registros de dados de embarque intempestivos**, referentes aos transportes internacionais realizados em **ABRIL DE 2008 (…)**” (*grifo nosso*).

Esclarece a fiscalização que o art. 107 do Decreto-Lei n.º 37/1966 traz em seu bojo que embarçar, dificultar ou impedir a ação da fiscalização aduaneira por qualquer meio ou forma constitui embaraço à fiscalização. E que a IN SRF n.º 28/1994, expressamente no art. 44, enquadra esse descumprimento do prazo na informação dos dados de embarque como embaraço.

Cientificado do Auto de Infração, o Contribuinte apresentou Impugnação, onde em síntese, alega ilegitimidade passiva, cerceamento ao direito de defesa, imprecisão dos dados da autuação e ausência de anexação de provas pela RFB do descumprimento de prazo para a prestação de informações.

A impugnação foi apreciada pela DRJ no Rio de Janeiro (RJ), que decidiu pela improcedência do recurso, mantendo-se os créditos tributários lançados, entendendo que com o advento da IN SRF n.º 510/2005, que deu nova redação ao art. 37 da IN SRF n.º 28/1994, estabeleceu-se prazo de 2 (dois) dias na via aérea e de 7 (sete) dias na via marítima para o registro dos dados de embarque no Siscomex, na Exportação.

Cientificado da decisão DRJ, o Contribuinte apresentou recurso voluntário ao CARF, reiterando os argumentos aduzidos na peça Impugnatória, reforçando que: (a) requer a nulidade do Auto de Infração pela ausência de provas; (b) há retroatividade benigna, com necessária aplicação da IN RFB n.º 1.096/2010 aos fatos em exame; e (c) há prescrição intercorrente, cabendo o afastamento da Súmula CARF n.º 11.

O julgamento do Recurso Voluntário, no CARF, resultou no **Acórdão n.º 3301-011.181**, que negou provimento ao Recurso Voluntário. O referido julgamento seguiu a sistemática dos recursos repetitivos, sendo-lhes aplicado o decidido no Acórdão n.º 3301-

<sup>1</sup> Todos os números de folhas indicados nesta decisão são baseados na numeração eletrônica da versão digital do processo (e-processos).

011.174, de 23 de setembro de 2021, prolatado no julgamento do processo 10715.000273/2011-12, paradigma ao qual o presente processo foi vinculado.

### **Da matéria submetida à CSRF**

Notificado do Acórdão de Recurso Voluntário, o Contribuinte apresentou Recurso Especial, suscitando divergência jurisprudencial de interpretação da legislação tributária referente às seguintes matérias: (1) Quanto à retroação benigna, das disposições da IN RFB nº 1.096/2010; e (2) Quanto a contabilização do Voto de Qualidade. Objetivando comprovar a divergência, apresenta os Acórdãos paradigmas nº 9303-011.913 e nº 3402-008.889 para a matéria 1, e o Acórdão nº 9101-005.666, para a matéria 2.

Quanto a matéria 2 (Contabilização do voto de qualidade), foi negado seguimento ao recurso por falta de prequestionamento.

Quanto a matéria 1 - Da retroatividade benigna: necessária aplicação da IN SRF nº 1.096/2010 aos fatos em exame, argumenta-se que no Acórdão recorrido assinalou-se que, na época dos fatos, a redação vigente do artigo 37 da Instrução Normativa SRF nº 28/1994 era de que o prazo para o transportador registrar, no Siscomex, os dados pertinentes ao embarque da mercadoria era de dois dias. Aduziu que a retroatividade benigna somente é aplicada quando houver modificação/alteração do núcleo da hipótese de incidência, o que não foi o caso das disposições da IN RFB nº 1.096/2010.

Nos Acórdãos paradigma nº 9303-011.913 e nº 3402-008.889, os Colegiados entenderam que se deveria aplicar retroativamente o prazo de 7 (sete) dias definido posteriormente na IN RFB nº 1.096/2010, por ser mais benéfico ao Contribuinte, nos termos previstos no inciso II, do art. 106 do CTN.

Entendeu-se comprovada, portanto, a divergência, no exame monocrático de admissibilidade, com seguimento parcial ao recuso, em relação à matéria 1: retroação benigna das disposições da IN RFB nº 1.096/2010.

Regularmente notificada do Recurso Especial interposto pelo Contribuinte, a Fazenda Nacional apresentou suas contrarrazões, requerendo que seja negado provimento ao recurso, mantendo-se os créditos tributários lançados.

Em 21/09/2023, o processo foi distribuído a este Conselheiro mediante sorteio, para relatoria e submissão ao Colegiado da análise do Recurso Especial do Contribuinte.

É o relatório.

### **Voto**

Conselheiro Rosaldo Trevisan, Relator.

### **Do Conhecimento**

O Recurso Especial interposto é tempestivo, conforme consta do Despacho de Admissibilidade do Recurso Especial exarado pelo Presidente da 3ª Câmara da 3ª Seção de Julgamento do CARF.

Quanto ao seu conhecimento, aqui endosso os fundamentos exarados pelo Presidente da 3ª Câmara/3ª Seção de Julgamento deste CARF, que deu seguimento ao Recurso Especial interposto pelo sujeito passivo, apenas em relação à matéria 1 - retroação benigna das disposições da IN RFB n.º 1.096/2010.

Resta clara, a nosso ver, a dissidência jurisprudencial, que não reside em diferença de cenário probatório, nem na valoração das provas apresentadas, mas em simples aplicação não uniforme de dispositivos normativos a fatos idênticos.

Assim, voto pelo conhecimento do Recurso Especial interposto pelo Contribuinte, em relação à retroação benigna das disposições da IN RFB n.º 1.096/2010.

### Do Mérito

A matéria trazida à cognição deste Colegiado uniformizador de jurisprudência resume-se a definir se é cabível (ou não) a aplicação do novo prazo (em retroação benigna) para registro no Siscomex dos dados de embarque de carga, previsto na IN RFB n.º 1.096/2010, às infrações pendentes de julgamento.

Demanda o Contribuinte a aplicação da retroatividade benigna prevista no art.106, II, do CTN, tendo em conta que posteriormente ao lançamento aqui analisado foi publicada a IN RFB n.º 1.096/2010, que revogou a IN SRF n.º 510/2005, vigente à época da lavratura do Auto de Infração, e promoveu a alteração de 2 (dois) para 7 (sete) dias no prazo para inserção de dados de embarque de mercadorias destinadas ao exterior, no SISCOMEX.

Verifica-se nos autos que o lançamento versa sobre a exigência da multa disposta no art. 107, inciso IV, alínea “e” do Decreto-Lei n.º 37/1966, com as alterações dada pela Lei n.º 10.833/2003:

“**Art. 107.** Aplicam-se ainda as seguintes multas: (...)

**IV** - de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais):

e) **por deixar de prestar informação sobre veículo ou carga nele transportada**, ou sobre as operações que execute, **na forma e no prazo** estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal, aplicada à empresa de transporte internacional, inclusive a prestadora de serviços de transporte internacional expresso porta a porta, ou ao agente de carga; (...).” (*grifo nosso*)

Como se vê, o art. 107, inciso IV, alínea “e” permitiu à RFB a especificação da forma e do prazo que os transportadores deveriam observar para o fornecimento de informações sobre veículo e carga transportada, no sistema Siscomex, da RFB.

A IN SRF n.º 28/1994, que disciplina o despacho aduaneiro de mercadorias destinadas à exportação, dispôs, em seu art. 37:

“Art. 37. **Imediatamente** após realizado o embarque da mercadoria, o transportador registrará os dados pertinentes, no SISCOMEX, com base nos documentos por ele emitidos.” (*grifo nosso*)

Para os efeitos dessa obrigação, e de aplicação da multa instituída no art. 107, IV, “e” do Decreto-lei n.º 37/1966, na redação dada pelo art. 77 da Lei n.º 10.833/2003, a RFB publicou a IN SRF n.º 510, de 14/02/2005 (que entrou em vigor em 15/02/2005), que fixou novo prazo certo de 02 (dois) dias para o registro desses dados no Siscomex, alterando o art. 37 da IN SRF n.º 28/1994:

“Art. 37. O transportador deverá registrar, no Siscomex, os dados pertinentes ao embarque da mercadoria, com base nos documentos por ele emitidos, no prazo de dois dias, contado da data da realização do embarque.

§ 2º Na hipótese de embarque marítimo, o transportador terá o prazo de sete dias para o registro no sistema dos dados mencionados no caput deste artigo.” (NR) (*grifo nosso*)

Anos depois, foi publicada a IN RFB n.º 1.096, de 14/12/2010, que deu nova redação ao texto do referido art. 37, não distinguindo a modalidade do transporte:

“Art. 37. O transportador deverá registrar, no Siscomex, os dados pertinentes ao embarque da mercadoria, com base nos documentos por ele emitidos, no prazo de 7 (sete) dias, contados da data da realização do embarque.

§ 1º Na hipótese de embarque de mercadoria em viagem internacional, por via rodoviária, ferroviária, fluvial ou lacustre, o registro de dados do embarque, no Siscomex, será de responsabilidade do exportador ou do transportador, e deverá ser realizado antes da apresentação da mercadoria e dos documentos na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de despacho. (...)” (*grifo nosso*)

O debate aqui travado se refere exatamente à possibilidade ou não de aplicação retroativa do prazo de 7 (sete dias) dias trazido pela IN SRF n.º 1.096/2010, para alcançar fatos geradores ocorridos anteriormente, em processos ainda não julgados, por orça do comando do art. 106, inciso II, alínea “b”, do CTN:

“**Art. 106.** A lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

(...) **II - tratando-se de ato não definitivamente julgado;**

(...) **b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo; (...).**” (*grifo nosso*)

A Solução de Consulta Interna Cosit n.º 8/2008 revelou entendimento de que tratando-se de processos ainda não definitivamente julgados, é de aplicação a casos pretéritos o novo prazo estabelecido no art. 37 da IN SRF n.º 28/1994 pela IN RFB n.º 1.096/2010, para prestação de informações sobre veículo ou carga nele transportada ou sobre as operações que execute:

**- SCI COSIT n.º 8, de 14/02/2008:**

“(…) 9. Observa-se que o art. 37, com a redação dada pela IN SRF n.º 510, de 2005, é norma complementar que modificou uma obrigação acessória. O aumento do prazo para o transportador registrar, no Siscomex, os dados pertinentes ao embarque da mercadoria, excluiu de sanções os registros feitos depois de 24 horas e antes de dois dias, bem como os registros feitos depois das 24 horas e antes de 7 dias, na hipótese de embarque marítimo. A legislação tributária deixou de definir, como infração, o registro dos dados nesses intervalos de tempo, o que tornou a nova situação jurídica mais benéfica ao transportador, devendo, portanto, ser aplicada a retroatividade benigna disposta na alínea “b” do inciso II do art. 106 do CTN, pois deixou de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão.” (*grifo nosso*)

Portanto, o entendimento da própria RFB sobre o tema socorre as pretensões do recorrente, no sentido da possibilidade de retroação benigna da IN RFB n.º 1.096/2010.

Aplicando a regras ao caso analisado, tem-se que, de acordo com a “Descrição dos Fatos” do Auto de Infração, o transportador informou os dados de embarque no sistema Siscomex Exportação intempestivamente, ou seja, após o prazo de 7 (sete dias) dias referente a 01 vôo, conforme se verifica no demonstrativo de **fl. 10**, obtido a partir de telas do referido sistema. Confira-se parte do demonstrativo:

**AUTO DE INFRAÇÃO n.º 0717700/00561/10**

DDE	EMBARQUE	INFORMAÇÃO	VÔO	MULTA
20804529833	25/04/2008	28/04/2008	LAN/0751	
20804530513	25/04/2008	28/04/2008	LAN/0751	1
			TOTAL	1

Dessa forma, adotando-se o entendimento da própria RFB, na Solução de Consulta Interna Cosit n.º 8/2008, no caso dos autos, a retroatividade benigna deve ser aplicada para cancelar as multas impostas em decorrência das informações prestadas dentro do prazo de 7 (sete) dias determinado pelo art. 37 da IN RFB n.º 1.096/2010. Para aqueles casos de registros realizados fora do prazo de 7 (sete) dias, mantém-se o lançamento.

No presente processo, portanto, **a única multa aplicada, referente a embarque ocorrido em 25/04/2008, com registro de informação e 28/04/2008, deve ser afastada.**

**Conclusão**

Pelo exposto, voto por conhecer do Recurso Especial interposto pelo Contribuinte, e, no mérito, em **dar-lhe provimento**, para afastar as multas relativas às prestações de informações ocorridas dentro do prazo de 7 (sete) dias determinado pelo art. 37 da IN RFB n.º 1.096/2010, por força do entendimento revelado pela própria RFB na Solução de Consulta Interna Cosit n.º 8/2008.

(documento assinado digitalmente)

Rosaldo Trevisan